

Comunicação e conflito no planejamento de barragens na bacia do Tapajós: análise das audiências públicas realizadas nos municípios de Itaituba e Santarém no Estado do Pará

LARISSA CARREIRA DA CUNHA

Universidade Federal do Pará

EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO

Universidade Federal do Pará

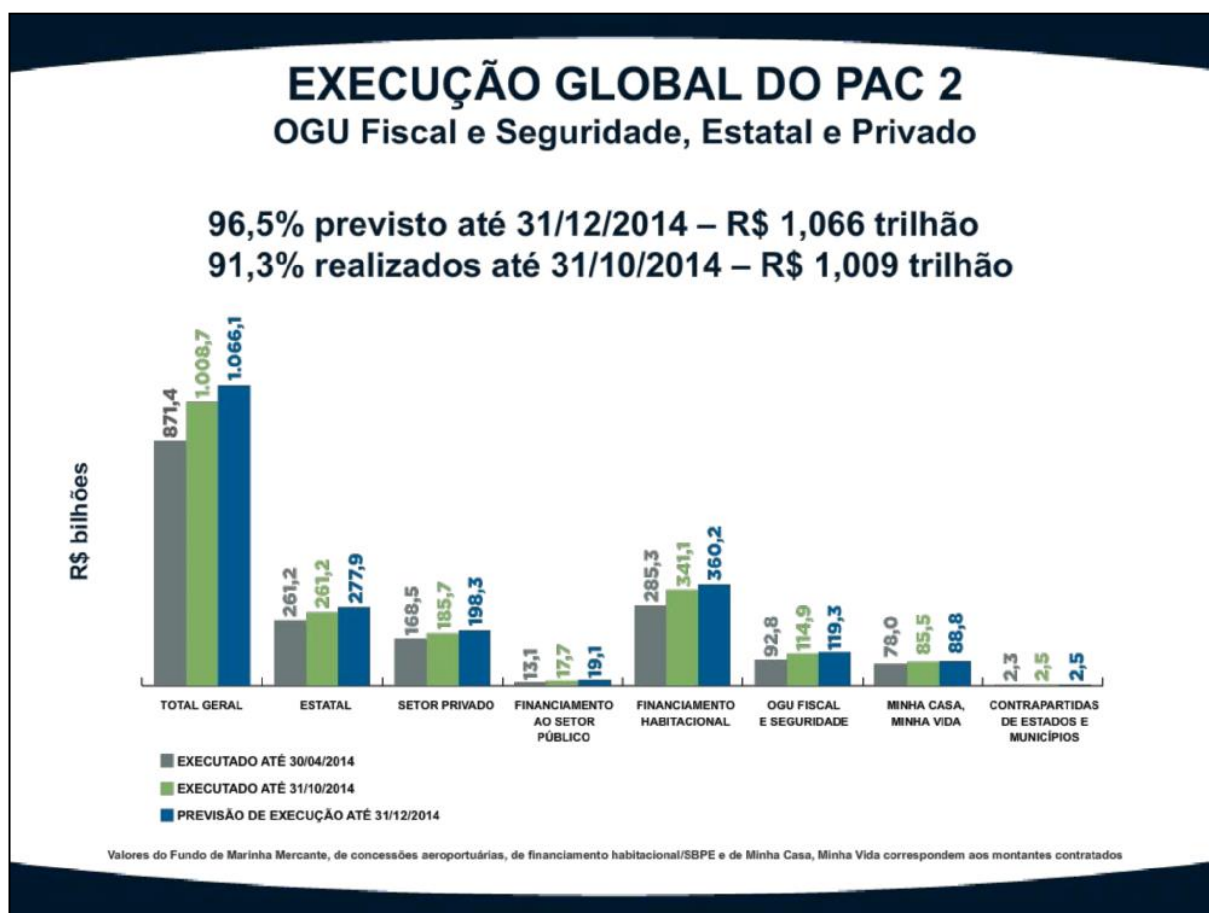
1. Introdução

O plano de aceleração do crescimento (PAC) em sua segunda fase, segue a mesma linha de atuação do seu antecessor e dá continuidade aos investimentos iniciados no PAC I pelo então presidente Lula (2007-2010), pela implantação de projetos nas áreas de infraestrutura social, urbana, logística e energética com um discurso de desenvolvimento sustentável (Ministério do Planejamento, 2015) (CARREIRA, 2015; 2016). O plano é realizado em parceria com o setor privado para a execução de grandes projetos e tem como outras premissas, o aumento da geração de empregos e de renda (CASTRO et al, 2014).

Segundo as informações destacadas no 11º Balanço do PAC (2011-2014) sobre o planejamento do setor de infraestrutura, com o plano o país “*redefiniu o papel do Estado como indutor do investimento e do setor privado como parceiro fundamental e está, ano a ano, construindo a infraestrutura necessária para sustentar o desenvolvimento do Brasil*”. O que evidencia a forte parceria e atuação do setor privado tanto no planejamento, quanto na execução das obras de infraestrutura do governo federal.

No PAC II houve um aumento de investimentos em torno de 72% com relação ao PAC I, com cerca de R\$ 1,066 trilhão de reais até dezembro de 2014 (CARREIRA, 2015), como vemos na figura 1.

Figura 1 - Execução Global do PAC II



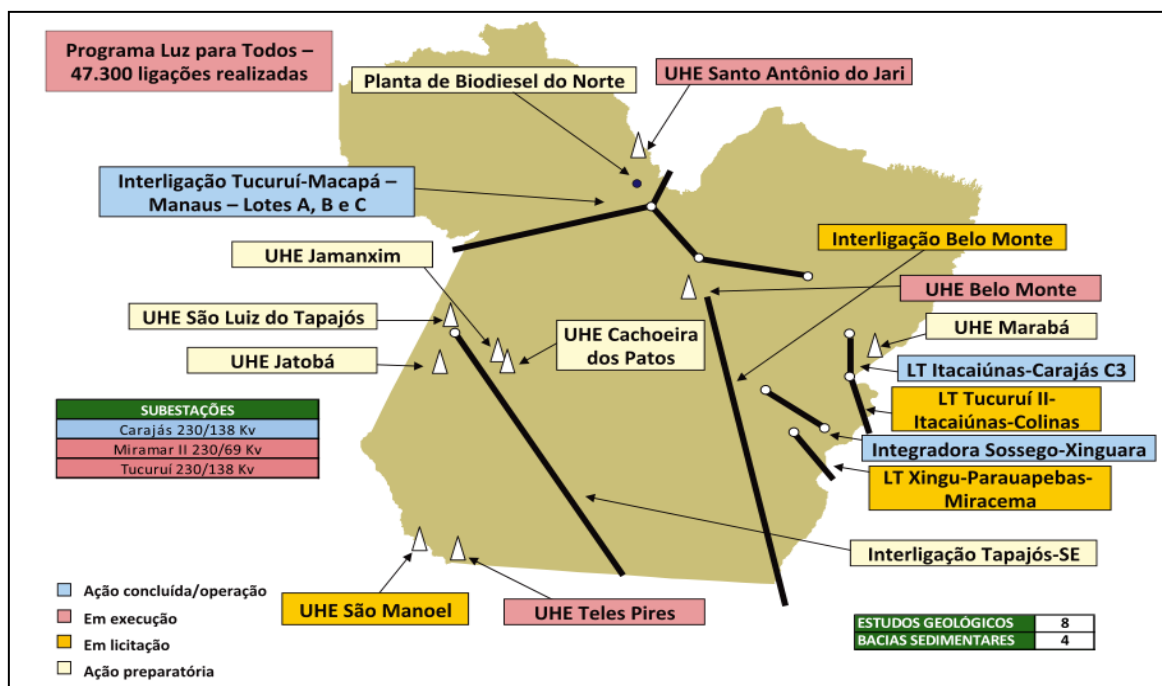
Fonte: PAC2 (2014).

Desse montante, cerca de R\$ 253,3 bilhões foram destinados para ações do eixo energia incluindo a construção das hidrelétricas de Santo Antônio (3.150 MW) e Jirau (3.750 MW), em Rondônia. Segundo o 11º Balanço (2014) estão em fase de construção oito hidrelétricas (18.839 MW), incluindo Belo Monte (11.233 MW), três termelétricas (1.992 MW), oitenta e nove usinas eólicas (2.324 MW) e quatro pequenas centrais hidrelétricas (84 MW) (CASTRO et al, 2014; CARREIRA, 2015; FEARNSSIDE, 2016).

No Estado do Pará, segundo o último balanço referente ao período de março a junho de 2014, o investimento total do PAC II estava previsto para 104,16 bilhões, sendo 45,04 bilhões de 2011 a 2014 e 59,12 bilhões para depois de 2014. Do total de recurso para o referido período, cerca de 58% foi destinado apenas para o eixo energia (2011-2014), correspondente a R\$ 20.912,58 milhões (sendo R\$ 19.740,10 somente para geração de energia elétrica), para investimentos exclusivamente do Pará e mais R\$ 8.668,33 milhões (sendo R\$ 5.204,63 para geração de energia elétrica) para empreendimentos que abrangem mais de um

Estado. O recurso destinado para ações energéticas exclusivas do Estado e comuns com outros Estados (pós 2014) chega a R\$ 53.223,71 milhões (CARREIRA, 2015). Na figura abaixo podemos visualizar a localização dos empreendimentos do eixo energia com a legenda sobre fase em que se encontram.

Figura 2 - Mapa dos empreendimentos energéticos no Pará.



Fonte: PAC2 (2014).

Além dos projetos da UHE São Luiz do Tapajós e UHE Jatobá, foram incluídas no mapa a UHE Cachoeira dos Patos e UHE Jamanxim, integrantes do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, na categoria de ação preparatória (FEARNSSIDE, 2015a; 2015b). Na tabela com a subdivisão dos empreendimentos por tipo e subtipo, as quatro hidrelétricas são categorizadas como tipo “Geração de Energia Elétrica”, mas como subtipo as duas primeiras são “Usina Hidrelétrica” e as duas últimas como “EVTE – EIA/RIMA – Aproveitamentos hidrelétricos” (NITTA; NAKA, 2015). Nenhuma dessas está com os valores de investimentos exibidos, já que estão em ação preparatória e os custos com os estudos ambientais e de viabilidade econômica estão sendo custeados pelas empresas públicas e privadas integrantes do Grupo de Estudos Tapajós.

2. Conflito e disputa de sentidos na esfera pública no contexto da criação do projeto Diálogo Tapajós

Após análise da entrevista realizada em abril de 2014, com o Secretário Altino Ventura Filho, conseguimos observar como foi construído o discurso do Estado, neste caso, o governo federal que é responsável pelo planejamento e execução das obras do Plano de aceleração do Crescimento (PAC I e II) (HESS; RIBEIRO; WIEPRECHT, 2016).

. A fala do entrevistado afirma a necessidade de expansão do sistema energético brasileiro para atender os seguintes objetivos: “segurança energética (garantir suprimento para toda a sociedade brasileira); garantir a tarifa mais baixa possível; e a universalização do atendimento (programa luz pra todos)”¹. Ainda durante a entrevista, o secretário ressaltou a taxa de crescimento da economia (4 a 5 % ao ano), afirmando a necessidade de dobrar a oferta de energia em 15 anos para atender esse mercado. Por conta do aumento da demanda da economia, afirma o entrevistado, o país necessita aumentar a oferta de energia para atingir o crescimento dentro de um projeto de desenvolvimento (CARREIRA, 2015).

Aqui percebemos a retórica central do discurso do Estado, composta pela necessidade nacional de aumento da geração de energia para subsidiar o desenvolvimento econômico do país. Para o atingimento dessa meta, são lançados vários conceitos e justificativas que se organizam para apoiar o argumento central do crescimento econômico para o desenvolvimento do Brasil (HERNANDEZ; BERMAN, 2012; CASTRO et al, 2014).

O entrevistado destaca que pelo fato do Brasil possuir todas as fontes primárias para atender a produção de energia, o governo procura fazer a diversificação da matriz energética brasileira, aproveitando os potenciais de cada região, a exemplo da energia eólica no nordeste e da hidroelétrica no norte, afirmando ainda que cada fonte se complementa do ponto de vista energético.

Nesse ponto é interessante notar a afirmação quanto o direcionamento do governo para a diversificação da matriz energética brasileira, já que esse debate é alvo de críticas por várias partes inclusive de teóricos que afirmam que a diversificação é a melhor opção para o país (ASSAD, 2011). Apesar da afirmação, a maior parte dessa matriz é composta por hidrelétricas cuja expansão cresce a cada Plano Decenal de Energia, então mesmo que os dados mostrem que a geração está muito mais concentrada em produção hidrelétrica, o Estado se posiciona em um discurso da diversificação, como forma de diminuir os conflitos e críticas sobre essa postura (CARREIRA, 2015; 2016; HESS; RIBEIRO; WIEPRECHT, 2016).

A categorização da região por “vocação”, citada na entrevista, também vista como uma estratégia (CERTEAU, 1990) para a persuasão e aceitação da implementação de projetos

¹ Entrevista concedida por FILHO, Altino Ventura. Entrevista I. [abr. 2014]. Entrevistadora: Larissa Carreira da Cunha. Brasília, 2014. 1 arquivo .mp3 (30 min.).

nas regiões, segundo aquela determinada característica natural de cada uma. Outras “vocações” ou características econômicas das regiões como o turismo ficam ausentes da fala, demonstrando a intencionalidade da produção de sentidos sobre cada região.

Dentre os aspectos destacados pelo entrevistado, que compõem as prioridades para a escolha dos empreendimentos estão: 1. O país tem que ter um montante de fonte, de recursos suficientes para um programa de 20 anos; 2. O governo prioriza as fontes renováveis; 3. Fontes competitivas; 4. Tecnologia nacional; 5. Meio ambiente (viabilidade ambiental - baixa emissão para o efeito estufa). Afirma ainda que a produção de energia elétrica da matriz brasileira é priorizada pelas fontes: hidrelétrica, biomassa e eólica (compõem 80% da expansão nos próximos 10 anos). As demais fontes tem um papel complementar (FEARNSIDE, 2016)²

Notamos assim, um discurso composto pela tentativa de aliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental (“*baixa emissão para o efeito estufa*”), que justifica o investimento em hidrelétrica pelo seu caráter renovável, aliando os dois eixos (. Podemos perceber claramente, que há uma desconsideração de várias produções científicas que comprovam o alto grau de emissão de gases do efeito estufa como o metano, com a formação dos reservatórios, como já foi mencionado anteriormente (FEARNSIDE, 2011a; 2011b; PUEYO; FEARNSIDE, 2011). Existe uma espécie de 'consenso' tanto no discurso governamental, quanto nas publicações oficiais (veremos a seguir) quanto ao conceito de renovável e 'limpo' na produção desse tipo de energia, ignorando qualquer informação que vá contra a essa retórica.

Vale salientar que dentro do campo científico (BOURDIEU, 1989), existem agentes que são totalmente contra e outros a favor dos projetos hidrelétricos, bem como aqueles que possuem um pouco de cada um dos posicionamentos, no entanto, a busca por vozes de outros campos pelo Estado, utiliza aquelas publicações que são convergentes ao seu discurso positivo sobre as hidrelétricas (CARREIRA, 2016).

Quando o entrevistado foi indagado diretamente sobre como a questão ambiental (no sentido da preservação ambiental) e a questão social são tratadas nos projetos hidroelétricos a resposta foi a de que os projetos de barragens estão sendo enquadrados em duas categorias. A primeira é “aquela onde o homem já está presente”, quando o projeto é instalado na proximidade de alguma cidade, a exemplo de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (FEARNSIDE, 2016). A segunda possibilidade é quando a usina é instalada em um local

² Ibid.

onde não há a presença humana. Nesse caso, a usina seria feita através do conceito de usina plataforma³, na qual não seria montada uma infraestrutura (vila operária) para os trabalhadores da obra, que se deslocariam para a cidade todos os dias através de helicópteros, semelhante às plataformas de petróleo. Ao final do projeto, o local da obra seria totalmente reflorestado, sendo uma “*promotora de preservação ambiental*”, segundo palavras do entrevistado. O projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós está enquadrado nessa segunda categoria (CARREIRA, 2015).

Segundo o secretário as críticas a essa associação de preservação ambiental com hidrelétricas, deve-se à falta de entendimento dos projetos principalmente pela população da região como vimos no trecho da coluna do Luis Nassif⁴, “*as exigências de respeito ao meio ambiente vieram para ficar. Nenhuma obra pública ou privada poderá desconhecer essa realidade. Mas há muita incompreensão sobre a influência das hidrelétricas no meio ambiente, especialmente em regiões pouco desenvolvidas, como no norte do país*”.

Nesse ponto, a principal questão a ser questionada é esse 'novo' conceito de preservação ambiental, pois segundo o relato do entrevistado e análise dos documentos oficiais, apenas o local da construção da obra seria reflorestado, mas todos os outros impactos que são consequências da execução de uma hidrelétrica iriam permanecer, como a emissão dos gases metano e outros (FEARNSIDE, 2011a), o alagamento de grande parte da fauna e da flora da região, e o encerramento do fluxo natural do rio, que causa a morte de peixes (por falta de oxigênio) ou a impossibilidade de reprodução das espécies.

Outro ponto fundamental é o argumento de que essa segunda categoria está situada em locais onde não há ou há pouca presença humana e sem perspectiva de desenvolvimento de novas cidades. Sendo assim, tanto as cidades de Itaituba, Trairão e Jacareacanga, bem como as vilas e comunidades que elas englobam, como Pimental, São Luiz do Tapajós, Km 43, Aldeia Boa Fé, Praia do Índio, Praia do Mangue, entre outras, que serão ser afetadas caso as barragens sejam construídas, são desconsideradas como locais com 'a presença humana', já que estão postuladas nessa segunda categoria (ALARCON; MILLIKAN; TORRES, 2016). No entanto, o Grupo de Estudos Tapajós, implementou um grande projeto de comunicação para informar as populações que vivem nas referidas comunidades sobre a obra. Então, tem-se uma contradição em destinar um volume considerável de recursos em um projeto de comunicação que conta com dois escritórios locais (Itaituba e Jacareacanga) mais uma equipe

³ Nome dado para remeter a uma plataforma de petróleo.

⁴ Trecho extraído da matéria “As usinas-plataforma do rio Tapajós” da coluna do Luis Nassif do jornal GGN. Disponível em: <<http://www.jornalggn.com.br/noticia/as-usinas-plataforma-do-rio-tapajos>>

de dez pessoas, além de diversos materiais de divulgação produzidos por empresas paulistas, para serem distribuídos em uma área que não tem pessoas, ou que tem um número insignificante de pessoas (CARREIRA, 2015).

Já com relação à forma como as empresas se posicionam no campo da produção de energia hidrelétrica através do seu discurso, podemos observar uma grande semelhança ao posicionamento do Estado, haja vista a forte relação de parceria e fortalecimento que existe entre esses dois grupos de agentes. Isso pode ser visto tanto pelas falas em entrevistas de agentes do campo, quanto nos materiais institucionais de cada um.

Em entrevista com o coordenador de campo do projeto “Diálogo Tapajós”⁵, no município de Itaituba, obtivemos algumas informações relevantes para a nossa análise. Dentre elas podemos destacar a fala sobre os objetivos do projeto, que foi elaborado por quatro empresas⁶ de São Paulo, contratadas pelo Grupo de Estudos Tapajós, coordenado pela ELETROBRAS. O projeto está com uma equipe local em Itaituba e Jacareacanga que percorre as vilas e comunidades que deverão ser afetadas pelas usinas, realizando conversas, palestras, entregando material de divulgação, além do cadastro socioeconômico (CARREIRA, 2016).

Conforme declaração do entrevistado, o projeto *“leva as informações e espera ouvir as comunidades, tirar dúvidas, ver o que as comunidades esperam”*. Diversos materiais impressos foram produzidos e distribuídos nas localidades, com base em informações repassadas pelo Grupo de Estudos Tapajós.

Podemos destacar que todos os materiais possuem uma conotação positiva a cerca dos projetos hidrelétricos. Mesmo na área destinada às informações sobre os impactos negativos, as respostas são sempre genéricas e pouco contundentes, como podemos ver na figura abaixo extraída da 'Cartilha de perguntas e respostas', elaborada após visita à comunidade de São Luiz do Tapajós, com as dúvidas frequentes que os técnicos do 'Diálogo do Tapajós' ouviram dos moradores e suas respectivas respostas. A palavra “Programa” e “Projetos” no primeiro e segundo balão, respectivamente não exprimem nenhuma resposta mais explicativa e não indica quem, quando, onde e como os possíveis programas e/ou projetos serão desenvolvidos e para quem (Figura 3).

⁵ Entrevista concedida pelo coordenador de campo do projeto Diálogo Tapajós. Entrevista II. [abr. 2014]. Entrevistadora: Larissa Carreira da Cunha.

⁶ Abaporu Comunicações, Comjunto, Encontro Comunicação e Sustentabilidade e Guarda-Sol Produções.

Figura 3 - Cartilha 2 – São Luiz do Tapajós – A Barragem e os Impactos.



Fonte: Diálogo Tapajós (2014).

Outra questão que nos chamou a atenção foi quantidade pequena de possibilidades de comunicação das comunidades com a equipe do projeto, sendo disponibilizado apenas números de telefones celulares, endereço eletrônico e a sede local nos dois municípios já citados. Segundo o coordenador local do projeto, a forma que é mais utilizada são os telefones, haja vista que a maioria das comunidades nem possui energia elétrica, muito menos internet, além de que as distâncias para o deslocamento até algum escritório são grandes.

Não existe um espaço ou meio de comunicação que as comunidades possam produzir algum tipo de conteúdo sobre suas opiniões e posicionamentos sobre os projetos. O único momento em que a população tem a possibilidade de falar é durante os encontros e visitas da equipe do projeto junto às comunidades. No entanto, não há nenhuma reverberação para o governo quaisquer reivindicações ou reclamações dos moradores das vilas, já que a função da equipe do projeto de comunicação é repassar as informações sobre as usinas, em um sentido de transmissão de informações. Nota-se que o diálogo feito com as comunidades é no sentido estrito de sanar dúvidas sobre os projetos hidrelétricos e seus impactos nas comunidades.

Conforme informado em entrevista, quando algum integrante da equipe do “Diálogo Tapajós” recebe alguma reclamação ou questionamento, o seu posicionamento é de informar

que ainda haverão locais em que eles (a comunidade) poderão se manifestar contra ou a favor dos projetos e poderão opinar sobre descontentamentos e/ou negociações, que serão possíveis durante as audiências públicas, após a fase de estudos e próximo ao leilão das usinas (CARREIRA, 2016).

Fica evidenciada assim a desequilibrada relação de força entre as empresas e as comunidades, já que as primeiras possuem um capital comunicacional (MARTINO, 2005) muito mais elevado do que as segundas, revelando um conflito de poder muito mais favorável aos objetivos do GET.

É importante destacar ainda que o discurso das empresas dentro do campo da produção de energia no Tapajós é pautado pelas publicações desenvolvidas no âmbito do projeto 'Diálogo Tapajós', colocando-as de forma positiva pela inovação de realizar um projeto de comunicação durante a fase dos estudos ambientais e viabilidade econômica, com o objetivo maior de beneficiar as comunidades locais, que estarão mais bem 'informadas' sobre as usinas. No entanto, em outras publicações de âmbito institucional das empresas, notamos como os estudos de viabilidade são considerados como uma estratégia econômica e de mercado, como vemos no box a seguir retirado do site da Copel, empresa integrante do GET.

Figura 4 - Box Copel: “Estudos de viabilidade são um bom negócio”⁷

ESTUDOS DE VIABILIDADE SÃO UM BOM NEGÓCIO

Outra frente de atuação da Copel visando à ampliação de seu parque gerador é a elaboração de estudos de viabilidade de aproveitamentos hidrelétricos. Para realizar esse tipo de estudo, a Copel precisa estar com registro ativo junto à Aneel. Os custos para realização do trabalho são reembolsados posteriormente e a Companhia ainda tem acesso a muitas informações que a colocam em posição favorável num eventual leilão das usinas estudadas.

Fonte: COPEL (2014)

⁷ Figura retirada do site da Copel. Disponível em <http://www.copel.com/ci/_edicoes/300/grupos-de-trabalham-planejam-expansao-parque-gerador.jsp>.

Evidencia-se o acúmulo de capital simbólico (BOURDIEU, 2004) pelas empresas dentro do campo em disputa, com o acesso à informações privilegiadas sobre o processo de planejamento das usinas, bem como a vantagem econômica.

Outro ponto importante que merece destaque é o sigilo das informações sobre os gastos com o projeto 'Diálogo Tapajós'. Através do sistema de pedidos de acesso à informação, com base na Lei 12.527, que regulamenta o acesso às informações públicas, solicitamos o valor gasto pelas empresas com o projeto de comunicação para a ELETROBRAS, mas o pedido foi negado com a alegação de que as informações são de caráter estratégico para os negócios da empresa, portanto, este tipo de sigilo é amparado por lei⁸.

Por outro lado, há grupos que compõem uma disputa intensa contrária ao planejamento das barragens. São eles: Movimento dos atingidos por barragens (MAB), Movimento Tapajós Vivo (MTV), Aliança Tapajós, ONG Terra de direitos, Grupo de Defesa da Amazônia (GDA), Federação de órgãos para assistência social e educacional (FASE), Sindicato dos trabalhadores rurais de Alenquer, Justiça de paz de Alenquer, Movimento dos trabalhadores de luta por moradia (MTLM), Associação dos moradores do bairro do Maracanã, Missão central, Congregação verbo divino, Frente em defesa da Amazônia, Aliança Franciscariana, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e prelaia de Itaituba, Franciscanos São Benedito da Amazônia, Greenpeace, Pastorais sociais da Diocese de Santarém, entre outros. Realizamos entrevista com um dos membros do Movimento tapajós Vivo, senhor Edilberto Sena, que também nos forneceu materiais impressos de comunicação (cartilha) e nos informou sobre o blog na internet.

Após análise das entrevistas e do material de comunicação fornecido pelos membros dos movimentos sociais, podemos constatar algumas posições desse grupo de agentes. A primeira é que a grande maioria dos integrantes do grupo tem uma posição firme em defesa da preservação do Rio Tapajós e Jamanxim, ou seja, são totalmente contra a construção das barragens, então a luta e discussão que eles fazem é para a preservação completa do Rio e da organização de vida nas comunidades da região, cujas práticas são de grande envolvimento com a natureza, o rio e os integrantes da comunidade, portanto, questiona-se bastante a implantação do projeto “Diálogos Tapajós” (CARREIRA, 2015; 2016).

Os movimentos sociais acreditam que as empresas estejam omitindo certas informações importantes para as populações ribeirinhas sobre as usinas relativas aos seus

⁸ Lei de acesso à informação.

impactos negativos, dentre outras questões como a crítica ao cadastro socioeconômico feito junto às comunidades, provocando a desarticulação de movimentos locais por gerar insegurança quanto a não realização do cadastro no projeto. Segundo relatado, as pessoas ficaram receosas de não realizarem o cadastro socioeconômico, solicitado pela equipe do Grupo de Estudos, e acabarem ficando de fora de possíveis compensações caso as usinas sejam construídas. Notamos assim uma forte tensão e disputa dentro do campo entre as empresas, representadas pelo Grupo de Estudos e também pela equipe do projeto de comunicação e os movimentos sociais contra a construção das barragens (Figura 5).

Figura 5 - Cartilha do Movimento Tapajós Vivo.



Fonte: MTV (2011).

A imagem da figura 8 foi retirada da capa de uma das cartilhas elaboradas pelo Movimento Aliança Tapajós Vivo, distribuídas para a população nas cidades de Itaituba e Santarém com cerca de seis mil exemplares. Essa ação demonstra uma tática (CERTEAU, 1990) das ONG's e movimentos sociais que se unem em um movimento maior para acumular mais capital comunicacional, com produções coletivas, ao invés de produtos de comunicação individualizados por entidade, com o intuito de conquistarem melhores posições no campo em disputa (BOURDIEU, 1989) e tentarem reduzir o grande desequilíbrio de capitais simbólicos em relação às empresas e ao Estado. Essa união também se concretiza com os povos indígenas da região que compartilham os mesmos conflitos, a exemplo do povo Munduruku (ALARCON, MILLIKAN; TORRES, 2016).

A produção dos conteúdos é distribuída por vários membros dos diversos movimentos, demonstrando unidade e aliança, e o financiamento é realizado por várias outras entidades e figuras políticas. A comunicação é utilizada aqui de forma estratégica (MASSONI, 2000) e transformadora, no sentido de buscar sensibilizar e engajar a população da região para a luta em defesa do rio Tapajós e contra as hidrelétricas.

É utilizado um contra-discurso ao conceito de desenvolvimento e progresso, como destacado em um título de outra cartilha⁹ “*o economicismo em confronto com o equilíbrio do ecossistema da Amazônia*”, dissociando a preservação ambiental com a criação de hidrelétricas (CASTRO et al, 2014).

O posicionamento da maioria dos movimentos sociais da região do Tapajós não se refere à discussão sobre compensações e benfeitorias que as empresas e o governo possam negociar sobre a construção das usinas, e sim, como negação total à construção dos projetos, como vemos na passagem de apresentação de uma das cartilhas:

Defender o rio Tapajós, mantê-lo vivo e fluindo, é para os povos do baixo amazonas uma questão de vida e dignidade. É preciso tomar consciência de que construir cinco hidrelétricas, como pretende o governo federal, é destruir não só os rios Tapajós e Jamaxim, mas também destruir a vida da natureza e dos povos da região. [...] Energia limpa pode ser lá nas empresas receptoras, mas nas bacias do Tapajós ficará sujeira e poluição. Por isso a carta dos índios Munduruku é o sentimento de todas e todos que vivem nessa região e lutam pela vida. (Cartilha em defesa da Bacia do Rio Tapajós, 2010).

Neste trecho o conceito de energia limpa é criticado como falacioso, segundo o significado atribuído pelas empresas. Aqui a associação é feita com 'sujeira e poluição'. Assim, os movimentos sociais utilizam tática da contra argumentação dos conceitos propostos e disseminados pelos agentes dominantes, em um *habitus* de “*resistência aos crimes hidrelétricos*”. Dessa forma, assim como há um posicionamento bem delimitado pelas empresas e o governo, da mesma forma há uma posição bastante delineado pela grande maioria dos movimentos sociais da região (CARREIRA, 2015).

Dentre os grupos que se posicionam de forma rígida e firme contra a execução das barragens, estão os indígenas da região do Tapajós e que possuem relações de convergência ou divergência com diversos agentes do campo de produção de energia hidrelétrica. Esse grupo de agentes construiu uma forte relação de parceria com as ONG's, movimentos sociais e demais etnias indígenas possibilitando o fortalecimento do grupo, através da formação de alianças e ações conjuntas. O contato com entidades internacionais como Greenpeace, viabiliza a reverberação da causa indígena na luta contra as barragens, em várias mídias internacionais. Essa relação pode ser explicitada recentemente pela organização conjunta da “Caravana em Defesa do rio Tapajós” pelos indígenas e diversos movimentos sociais da região do Tapajós, principalmente das cidades de Santarém e Itaituba.

⁹ Cartilha em defesa da Bacia do Rio Tapajós, publicada em 2010 em Itaituba e Santarém.

Figura 6 - Folder frente e costa “Caravana em defesa do rio Tapajós”.

CARAVANA EM DEFESA DO RIO TAPAJÓS

CONTRA AS BARRAGENS! EM FAVOR DA VIDA!

SÃO LUIZ DO TAPAJÓS ITAITUBA - PARÁ

27 DE NOVEMBRO DE 2014

REALIZAÇÃO:
MOVIMENTO TAPAJÓS VIVO, PASTORAL SOCIAL - DIOCESE DE SANTARÉM

APOIO:
MISSÃO CENTRAL GREENPEACE CPT e PRELAZIA DE ITAITUBA FASE FRANCISCANOS SÃO BENEDITO DA AMAZÔNIA

HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS: ENERGIA PARA QUEM?
PARA AS GRANDES EMPRESAS MINERADORAS, PARA AS MULTINACIONAIS, PARA A INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA.
E O POVO, NÃO VAI SER BENEFICIADO?
AS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS, AS ALDEIAS INDÍGENAS, AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NÃO SERÃO ATENDIDAS COM A ENERGIA DAS HIDRELÉTRICAS DO TAPAJÓS. E OS MORADORES DAS CIDADES E DO CAMPO CONTINUARÃO A PAGAR A ENERGIA MAIS CARA DO BRASIL

QUE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS AS HIDRELÉTRICAS DO TAPAJÓS TRARÃO PARA NÓS?

- VAI TER UM DESCONTROLE NA CORRIDA DAS ÁGUAS NO LEITO DO RIO.
- VAI TER MORTANDADE DE PEIXES E FALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA O POVO.
- VAI AFETAR A BIODIVERSIDADE.
- VAI LAMEAR AS BONITAS PRAIAS AO LONGO DO RIO, COMO ALTERAR O CHÃO.
- VÃO VOLTAR DOENÇAS QUE ESTAVAM CONTROLADAS (MALÁRIA, FEBRE AMARELA...)
- VÃO SER JOGADOS FORA SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, PARTE DA HISTÓRIA DO POVO.
- VAI SER PRIVATIZADA CADA HIDRELÉTRICA E O POVO VAI SER IMPEDIDO ATÉ DE PASSAR POR PERTO.
- VÃO SER EXPULSAS DE SUAS TERRAS MAIS DE 5 MIL FAMÍLIAS RIBEIRINHAS
- VÃO SER ALAGADOS 10 MIL HECTARES DE FLORESTA SÓ NO PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA.

SE VOCÊ AMA NOSSO LINDO TAPAJÓS, VENHA PARA A CARAVANA EM DEFESA DO RIO TAPAJÓS: CONTRA AS BARRAGENS – EM FAVOR DA VIDA!

NO DIA 27 DE NOVEMBRO A CARAVANA FARÁ UMA CELEBRAÇÃO EM FAVOR DA VIDA DO RIO TAPAJÓS NA COMUNIDADE DE SÃO LUIZ, SEGUIDA DE UM ATO PÚBLICO PARA DENUNCIAR O PROJETO DE MORTE QUE AS 7 HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS REPRESENTAM.

JUNTE-SE A NÓS! ESSA CAUSA É DE TODOS E TODAS QUE NÃO SE CONFORMAM COM AS INJUSTIÇAS. DEFENDER A VIDA DO RIO TAPAJÓS É DEFENDER A NOSSA PRÓPRIA VIDA!

Fonte: MTV (2014).

O encontro foi realizado em novembro de 2014 na comunidade de São Luiz do Tapajós, que será atingida com a construção de barragem de mesmo nome da localidade. O intuito foi de ratificar a posição dos integrantes das comunidades indígenas e movimentos sociais (incluindo a igreja católica), em um diálogo com as comunidades locais.

Com essa tática de união e aliança, os indígenas buscam se fortalecer dentro do campo de disputa pela decisão sobre os grandes projetos de energia, e aumentar o seu capital comunicacional para melhor se posicionarem e se fazerem ouvir pela sociedade, com relação às suas reivindicações no conflito. O principal desses questionamentos pelas comunidades indígenas, é a realização da consulta prévia, livre e informada (CPLI), que garante o direito de consulta a esses povos no caso de serem afetados por uma medida administrativa ou

legislativa, permitindo a participação desses agentes no processo decisório.

No entanto, as etnias indígenas, assim como suas entidades representativas como conselhos e associações, estão em uma posição de grande desvantagem nesse campo, pelo baixo capital comunicacional, financeiro e político que os colocam em desiguais condições de disputa com as empresas e governo pela disseminação das informações sobre os projetos hidrelétricos com a sociedade local, regional e nacional. A forma como são feitas a comunicação entre os indígenas sobre os assuntos pertinentes às aldeias é feita predominantemente através de debates presenciais, pois não há a prática de produção de materiais impressos, audiovisuais e digitais, a não ser em parceria com outros grupos de agentes como já foi mencionado, como relata o entrevistado integrante de uma entidade indígena da região do Tapajós.

Quanto aos materiais que a gente produz, eles de certa forma não é muito relacionado com o modo, costume ocidental de fazer, panfletos, algumas coisas assim, a gente vai justamente formando e informando as lideranças sobre isso, por onde a gente passa a gente vai conversando, dialogando e explicando o que são esses projetos e justamente aquilo que as empresas e o diálogo Tapajós e tantas outras e o governo principalmente não explica, a gente justamente mostra o outro lado que eles tentam de certa forma deixar escondido. A forma de material que a gente pode produzir ele não é de certa forma, a grosso modo, concreto, no sentido de ser palpável, mas é justamente essa forma de conhecimento com o diálogo através de rádio, através das visitas às comunidades, e através de reuniões e assembleias que a gente faz para discutir essas coisas” (Entrevista com entrevistado SLT2¹⁰).

Assim, torna-se difícil a inserção na esfera pública (HABERMAS, 1997) das pautas e as reivindicações indígenas sobre os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, pois a comunicação é feita muito mais de forma pessoal e individualizada do que midiática. Essa prática e costume de realizar uma comunicação mais oral sem meios materiais de comunicação se dá pelo próprio *habitus* (BOURDIEU, 1989) das próprias comunidades indígenas, que historicamente se comunicam dessa maneira.

3. Ações de Comunicação do Ministério Público Estadual e Federal no planejamento das hidrelétricas

O Ministério Público Federal e Estadual têm criado acompanhado o planejamento de hidrelétricas do projeto do complexo hidrelétrica do Tapajós desde sua fase de concepção e planejamento, bem como o fez em no projeto da UHE Belo Monte (CASTRO et al, 2014). No

¹⁰ Entrevista concedida por integrante de entidade indígena realizada durante a “Caravana São Luiz do Tapajós”, em novembro de 2014.

município de Santarém, no Estado do Pará tramitam inquéritos civis¹¹ destinados a verificar possíveis irregularidades no licenciamento ambiental do projeto de criação da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, integrante do projeto do complexo.

Além das atividades de acompanhamento dos projetos hidrelétricos nas diversas fases (planejamento, construção e execução), o MP possui atribuições de promoção de ações que sejam necessárias para a garantia e defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais (BRASIL, 1996; BERMANN, 2013) e que garantam a todas as pessoas, o acesso às informações relevantes, especialmente as de cunho ambiental (Ibid, 1988).

Dentre essas ações, estão as audiências públicas no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, regulamentada por uma resolução do conselho nacional do ministério público (CNMP, 2012). Nesse sentido o MP promoveu audiências públicas nos municípios de Santarém e Itaituba para promover a discussão e o acesso às informações para a população regional sobre o planejamento das hidrelétricas no Rio Tapajós, pelas empreiteiras do Grupo de Estudos Tapajós e pelo governo federal, representado pelo ministério de minas e energia. Os eventos se justificaram pela ausência de consulta prévia, livre e informada, e pela avaliação ambiental estratégica, considerando ainda que o MP possui um acúmulo grande de informações a respeito de projetos semelhantes ocorridos em outros municípios da região, a exemplo da UHE Belo Monte, em Altamira (BERMANN, 2013).

Nesse sentido foram realizadas audiências públicas nos municípios de Santarém e Itaituba, no Pará, em janeiro e maio de 2016, respectivamente, com o intuito de oferecer informações jurídicas e acadêmicas sobre o planejamento dos projetos e promover o debate com a sociedade em geral, especialmente às comunidades ribeirinhas, indígenas, empresários, gestores públicos, estudantes e os residentes em geral dos referidos municípios.

O primeiro evento ocorreu no dia 29 de janeiro de 2016, no auditório da associação comercial e empresarial de Santarém, localizado no centro da cidade e teve o objetivo de debater as irregularidades do licenciamento ambiental e possíveis impactos da execução da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós¹². O evento contou com a efetiva participação de pesquisadores, indígenas, beiradeiros, procuradores da república e moradores de Santarém e região (NITTA; NAKA, 2016; ALARCON; MILLIKAN; TORRES, 2016).

Dentre os convidados, compareceram e colaboraram com os debates do evento, os pesquisadores das seguintes instituições: Instituto nacional de pesquisas da Amazônia (INPA),

¹¹ Inquéritos Civis no 1.23.002.000087/2009-91 e 1.23.008.000033/2014-33

¹² Edital de convocação do dia 11 de janeiro de 2016.

Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto socioambiental (ISA), Instituto de energia e ambiente da universidade de São Paulo (USP), Greenpeace Brasil, Universidade federal do oeste do Pará (UFOPA), Procuradoria da república no Pará. Também estiveram presentes lideranças indígenas e ribeirinhas que serão atingidas pelos projetos, caso eles sejam concretizados.

Apesar da grande participação da população local, principalmente da cidade de Santarém, alguns convidados que são gestores de órgãos importantes no processo de planejamento dos projetos em questão, não compareceram ao evento, tais como: representante do Ministério de Minas e Energia (MME), Instituto brasileiro de meio ambiente e recursos naturais renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Centrais elétricas do Brasil (ELETROBRAS), poder legislativo (federal, estadual e municipal) e poder judiciário federal.

A ausência de instituições chave no processo de planejamento da UHE São Luiz do Tapajós, reforça a falta de comprometimento com o diálogo e o acesso às informações sobre o projeto para a população, já que este seria um momento profícuo para o debate junto aos moradores da região, considerando que o evento contou com cerca de quinhentos participantes. A ELETROBRAS, por exemplo, já havia recusado um pedido de acesso à informação sobre o investimento feito nos projetos de comunicação executados pelo grupo de estudos Tapajós (CARREIRA, 2015), portanto o não comparecimento ao evento reitera essa postura de falta de diálogo e opacidade de informações.

Durante a audiência, o representante do ministério público federal explanou sobre os projetos de infraestrutura energética que estão previsto para a região do Tapajós, bem as irregularidades nos respectivos projetos e os processos judiciais que trabalham em cada projeto, ressaltando as irregularidades referentes ao desrespeito ao cumprimento do direito a consulta prévia, livre e informada, regulamentado na convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT) (ALARCON; MILLIKAN; TORRES, 2016).

O impasse nesse sentido é que o governo declarou publicamente que iria colocar a usina a leilão no segundo semestre de 2016, mas até o momento não havia tomado nenhuma medida para realizar a consulta aos indígenas e aos povos ribeirinhos. Esse contexto gerou grande manifestação das comunidades locais como podemos ver na fala o líder comunitário Ageu Pereira, da comunidade Montanha Mangabal que declarou: “queremos ser consultados!”¹³. Outra manifestação que ratifica o posicionamento de insatisfação dos

¹³ Ata da audiência pública de Santarém publicada pelo MPF

ribeirinhos foi na fala da liderança de Pimental, José Odair Cak: “Nós já somos impactados desde agora, pelo desrespeito. Se não queremos, eles chamam a força nacional para nos obrigar. Vocês não imaginam como é doído”¹⁴ (Figura 8 – Imagem de outra liderança).

Figura 8 – Imagem da líder Alessandra Munduruku em fala durante a audiência



Fonte: Conselho indigenista missionário - CIMI

Nota-se, portanto que o MP possui uma forte atuação juntos com as comunidades indígenas, ribeirinhas e demais comunidades tradicionais que podem ser afetadas com o alagamento de suas terras e diversos outros impactos, caso o projeto se concretizem, porém os outros agentes do campo do planejamento das hidrelétricas no tapajós (CARREIRA, 2016) como os gestores e prefeitos dos municípios integrantes do consórcio Tapajós possuem pouca ou nenhuma relação com o ministério público durante a fase de planejamento dos projetos, com algumas exceções como o ocorrido no município de Santarém.

Logo após o referido evento realizado em janeiro, o município de Santarém protocolou uma ação judicial com base em uma informação que foi veiculada durante a audiência pública

¹⁴ Idem.

realizada pelo MP, referente à ausência de estudos de impacto ambiental à jusante da barragem (localização do município) e para isso buscou mais informações junto ao MP, criando dessa forma uma pequena relação de parceria entre prefeitura e MP, destoando da situação que geralmente acontece, ou seja, os gestores municipais somente procuram o MP após a fase de construção da obra, quando geralmente os condicionantes não são cumpridos (CAMOES, 2016).

O segundo evento promovido pelo ministério público, foi realizado nos dias 23 e 24 de maio de 2016 com os mesmos objetivos do primeiro, mas com o intuito de possibilitar a participação de mais pessoas da região (Figura 9).

Figura 9 – Folder do Seminário em Itaituba



Fonte: Site do MPF

Bem como no primeiro evento, este segundo envolveu principalmente os agentes que são afetados pelos projetos, como indígenas, ribeirinhos e em número bem pequeno a

população local, mas os agentes propositores como empresas do GET ou representantes do governo federal, estiveram ausentes. Nesse momento, alguns prefeitos dos municípios que integram o consórcio Tapajós estavam presentes no evento, os de Jacareacanga e Trairão, e participaram dos debates e grupos de trabalho formados. Porém, os agentes que mais se mobilizaram e participaram ativamente das discussões, foram às populações tradicionais e as ONG's da área ambiental.

4. Considerações Finais

Apesar da intensa atuação do ministério público no sentido de promover e difundir as informações a cerca do planejamento e licenciamento dos projetos hidrelétricos na região do Tapajós, nota-se claramente que há um separação entre o público participante e não participante das audiências públicas, tanto em Santarém, quanto em Itaituba, com a predominância de participação dos agentes que serão atingidos caso as hidrelétricas sejam construídas. O outro público, os agentes com maior poder nesse campo do planejamento (CARREIRA, 2015), que são as empresas do grupo de estudos Tapajós, incluindo a ELETROBRAS, e os agentes do governo federal, não participam dos eventos e possuem uma relação conflituosa com o Ministério Público já que o histórico da atuação do MP no licenciamento desses projetos na Amazônia é de grande atuação junto as comunidades tradicionais e indígenas no sentido de fazer valer as leis que as amparam e com isso muitos processos e ações são movidas contra essas empresas que cometem as irregularidades (PONTES, 2016).

Mesmo com essa nítida separação de agentes no campo de conflito, no caso do planejamento das hidrelétricas do Tapajós, houve um fortalecimento do MP em relação aos casos anteriores, como o de Belo Monte, no qual o MP se fragilizou devido a suspensão de diversas ações impetradas por conta de inúmeras irregularidades, mas foram amparadas no entanto, pelo instituto da suspensão de segurança (BERMAN, 2013), evidenciando uma ação jurídica de caráter político (PONTES, 2016).

No caso do Tapajós, especificamente sobre UHE São Luiz do Tapajós, apesar de terem sido feitas apenas duas propostas de ações contra as empresas responsáveis pelo licenciamento, o MP teve êxito logo na sua primeira ação que mostrava a irregularidade no quesito da não realização da consulta previa livre e informada e também pela inconsistência nos estudos de impacto ambiental (EIA).

Desse modo, o MP diminui sua fragilidade e se fortalece perante a sociedade e dentro campo jurídico e político ao conseguir ter êxito em suas ações desde as primeira medidas

tomadas no acompanhamento dos projetos hidrelétricos no Tapajós, em comparação com Belo Monte e demais projetos.

5. Referências bibliográficas

ALARCON, Daniela Fernandes; MILLIKAN, Brent; TORRES, Maurício (Org.). **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós**. Berkeley: International Rivers, 2016.

BERMAN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. **Novos cadernos do NAEA**, v. 2, n. 2, p.97-120, 2013.

BOAVENTURA, Luis de Camoes Lima. **Atuação do MP nos projetos hidrelétricos no Tapajós**. Entrevista concedida a Larissa Carreira, Santarém, 24 ago. 2016.

BRASIL. Constituição,1988.

BRASIL. Lei complementar nº 75, de 20 de maio de 1993

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

CASTRO, E. M. R.; ALONSO, Sara; Nascimento, S. ; CARREIRA, L.; CORREA, S. . Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos a sociedade no século XXI. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 380, p. 2-23, 2014.

CNMP. Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012.

CARREIRA, Larissa. Poder e Conflito nas Políticas de Infraestrutura Energética: análise dos textos de comunicação produzidos no planejamento de hidrelétricas no Oeste do Pará. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 2, p. 175-195, 2016.

CARREIRA, Larissa. **As relações de poder na política energética brasileira: análise do processo comunicacional do planejamento do Complexo Hidrelétrico do Tapajós**. Dissertação Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará, Belém: UFPA, 2015.

CERTEAU. M. de. A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998

FEARNSIDE, Philip Martin. Hidrelétricas Amazônicas como emissoras de gases de efeito estufa. **Proposta (Rio de Janeiro)**, v. 35, p. 24-28, 2011a.

FEARNSIDE, Philip Martin. Gases de Efeito Estufa no EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, p. 5-19, 2011b.

PUEYO, Salvador; FEARNSIDE, Philip M. Emissões de gases de efeito estufa dos reservatórios de hidrelétricas: implicações de uma lei de potência. **OECOLOGIA AUSTRALIS**, v. 15, p. 199-212, 2011.

FEARNSIDE, Philip Martin. Amazon dams and waterways: Brazil's Tapajós Basin plans. **Ambio (Oslo)**, v. 10, p. 1, 2015a.

FEARNSIDE, Philip Martin. Brazil's São Luiz do Tapajós Dam: The art of cosmetic environmental impact assessments. **Water Alternatives**, v. 8, p. 373-396, 2015b.

FEARNSIDE, P. M. Environmental and Social Impacts of Hydroelectric Dams in Brazilian Amazonia: Implications for the Aluminum Industry. **World Development**, v. 77, p. 48-65, 2016.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

HERNANDEZ, F. M. ; BERMANN, C. Las megaobras y los límites de la democracia. **Energía y Equidad**, v. 1, p. 5-19, 2012.

HESS, C. E. E. ; RIBEIRO, W. C.; WIEPRECHT, S. Assessing environmental justice in large hydropower projects: the case of São Luiz do Tapajós in Brazil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v. 37, p. 91-109, 2016.

MARTINO, L. C. Abordagens e representação do campo comunicacional. Comunicação, mídia

e consumo. São Paulo, v. 3, n. 8, p. 33-54, nov. 2006

NITTA, R.; NAKA, L. N. (Org.). **Barragens do rio Tapajós: Uma avaliação crítica do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós**. São Paulo, SP: Greenpeace Brasil, 2015. p. 19-29.

CNMP. Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012.

OIT Convenção 169

PONTES. Felício. A atuação do MP nos projetos hidrelétricos no Pará. Entrevista concedida a